



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

AV. SENADOR VITORINO FREIRE - Bairro AREINHA - CEP 65010917 - São Luís - MA - <https://www.tre-ma.jus.br>

PROCESSO	: 0013627-05.2022.6.27.8000
INTERESSADO	: A O S SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI
ASSUNTO	: PRORROGAÇÃO CONTRATUAL. CONTRATO Nº 11/2023.

Parecer nº 1665 / 2023 - TRE-MA/PR/DG/ASJUR

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de pedido de prorrogação do prazo de vigência do **Contrato nº 11/2023** (doc. nº 1829077), firmado com a empresa **A O S SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI**, cujo objeto consiste na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, nos equipamentos que compõem os consultórios médico e odontológico da Seção de Saúde e Qualidade de Vida - SESAQ, pelo período de mais 12 (doze) meses (doc. nº 1935035).

Consta nos autos a anuência da contratada quanto à renovação a partir de 24/03/2024 (doc. nº 1936001).

Há, também, manifestação da fiscal do contrato declarando interesse na prorrogação e informando que foram realizadas pesquisas de contratações semelhantes com o poder público (doc. nº 1936154), visando demonstrar a vantajosidade para a Administração Pública (doc. nº 1936156).

Na oportunidade, ressaltou que o termo aditivo resultará no acréscimo de R\$ 29.026,92 (vinte e nove mil, vinte e seis reais e noventa e dois centavos) ao contrato original, cuja dotação orçamentária está aprovada para o exercício financeiro de 2024.

A Seção de Programação e Execução Orçamentária - SEPEO (doc. nº 1937934) informou que foi consignado na proposta orçamentária para o exercício de 2024 o valor de R\$ 33.380,96 (trinta e três mil, trezentos e oitenta reais e noventa e seis centavos) para cobrir despesas com pagamento de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos e odontológicos. Como o custo previsto para essa contratação foi de R\$ 29.026,92 (vinte e nove mil, vinte e seis reais e noventa e dois centavos), o valor será suficiente para custear a presente despesa, orientando, ainda, que a mesma fosse enquadrada na seguinte dotação: "Ação Orçamentária: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral; UGR: 070158 - SESAQ; Natureza da Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Plano Interno: ADM MANMAQ".

As certidões fiscais e trabalhista da empresa encontram-se regulares e não foram verificados impedimentos para a realização da prorrogação (docs. nº 1934966 e 1940662).

Feitas estas considerações iniciais, passa-se à análise dos aspectos jurídicos relativos ao pedido, levando em conta que os de natureza técnica e orçamentária encontram-se superados com as manifestações dos setores responsáveis e servidores signatários.

Inicialmente, acerca da continuidade dos serviços, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o renomado autor Marçal Justen Filho ensina:

[...] a identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro.

Estão abrangidos não apenas os serviços essenciais, mas também as necessidades públicas permanentes relacionadas com atividades de menor relevância (tal como limpeza, por exemplo). O que é fundamental é a necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço. [1]. (grifos nossos)

Com efeito, ante o acima explicitado, constata-se que os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do consultório médico e odontológico, objeto do Contrato nº 11/2023, possuem natureza contínua, não podendo este Tribunal prescindir dos mesmos.

Ressalte-se, inclusive, que a atividade encontra-se no rol da Resolução TRE/MA nº 9.477/19, que dispõe sobre a contratação dos serviços de execução continuada no âmbito deste Regional, senão vejamos:

Art. 1º Definir os serviços continuados a serem prestados ao Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, as seguintes contratações, cujos contratos necessitem estender-se por mais de um exercício financeiro, a fim de garantir a continuidade de atividades essenciais, passíveis de adequação ao disposto no inciso II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

§ 1º São considerados serviços de natureza contínua do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão:

[...]

XXVII - serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do Consultório médico e odontológico;

Sobre o tema, o art. 57, inciso II, § 2º da Lei nº 8.666/93 dispõe o seguinte:

Art. 57 – A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

[...]

II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses;

[...]

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

(grifo nosso)

que: A Instrução Normativa nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, em seu Anexo IX, determina

[...]

3. Nas contratações de serviços continuados, o contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, podendo ser prorrogados, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que a instrução processual contemple:

- a) estar formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- b) relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- c) justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- d) comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;*
- e) manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação, e*
- f) comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

[...]

II. A Administração não poderá prorrogar o contrato quando:

- a) os preços contratados estiverem superiores aos estabelecidos como limites em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços; ou*
- b) a contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

No mesmo sentido, a Resolução TRE/MA nº 9.477/2019 assim dispõe em seu art.3º:

Art. 3º O prazo inicial de vigência dos contratos de serviços continuados será, preferencialmente, de 12 (doze) meses e estão restritos aos limites estabelecidos nos incisos I, II, IV e V do art. 57 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo único: A prorrogação de prazo de vigência de contrato somente ocorrerá se:

- 1. Constar a sua previsão no contrato;*
- 2. Houver interesse da Administração;*
- 3. For comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação e qualificação exigidas na licitação;*
- 4. For constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para a Administração;*
- 5. For comprovada a previsão e dotação orçamentária;*
- 6. Estiver justificada e motivada por escrito, em processo correspondente;*
- 7. Estiver previamente autorizada pela autoridade competente.*

Na mesma linha, a Resolução TSE nº 23.702/2022:

Art. 26. Nas prorrogações das contratações de serviços ou fornecimentos prestados de forma contínua é obrigatório indicar no processo se:

I - persistem as justificativas motivadoras da contratação;

II - a solução continua atendendo a contento a necessidade que a originou; e

III - os valores contratados estão condizentes com os praticados no mercado, e, se for o caso, nas contratações recentes realizadas por outros órgãos ou entidades da Administração Pública, observadas a similaridade da contratação.

Parágrafo único. Nos casos de prorrogações sucessivas em que não seja possível comprovar que o valor do contrato está condizente com o de mercado, a autoridade competente poderá, motivadamente e mediante inclusão de cláusula resolutória por meio de termo aditivo, prorrogá-lo uma única vez e iniciar, imediatamente, processo administrativo para nova contratação.

Em conformidade com a legislação vigente, a Cláusula Sexta do Contrato nº 11/2023 (doc. nº 1829077) estabelece que:

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência do contrato será de 12(doze) meses, com início no primeiro dia útil após a data de publicação do seu extrato no Diário Oficial da União – DOU, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, desde que haja condições e preços vantajosos para o TRE-MA, consoante dispositivos da Lei nº 8.666/93.

Da leitura dos dispositivos citados, observa-se que os contratos administrativos executados de forma contínua podem ser prorrogados, desde que os serviços tenham sido prestados regularmente, desde que haja interesse da Administração na realização da atividade, que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso e que a contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação. Além disso, deve-se verificar se a empresa continua em condições de contratar com o poder público, bem como se não há sanções aplicadas que possam impedir a renovação.

Neste assunto, é ainda de todo conveniente mencionar-se alguns princípios que norteiam a Administração Pública na consecução de seus objetivos, como, por exemplo, o da continuidade dos serviços públicos, o da razoabilidade e, principalmente, o da supremacia do interesse público.

No caso em tela, todos esses requisitos foram preenchidos, razão pela qual entende-se possível a prorrogação contratual solicitada, conforme critérios de conveniência e oportunidade da Administração. Com efeito, constata-se que os serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos que compõem os consultórios médico e odontológico da Seção de Saúde e Qualidade de Vida – SESAQ têm natureza contínua, não podendo este Tribunal prescindir de sua prestação.

Ante o exposto, uma vez que foram atendidos os critérios legais e contratuais, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela viabilidade da prorrogação do **Contrato nº 11/2023**, firmado com a empresa **A O S SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI**, por mais **12 (doze) meses**, com fundamento no art. 57, inciso II e §2º da Lei nº 8.666/93; nos arts. 1º, § 1º, XXVII e 3º da Resolução TRE/MA nº 9.477/2019, bem como no art. 26 da Resolução TSE nº 23.702/2022 c/c Cláusula Sexta do Contrato.

São Luís, datado e assinado eletronicamente.

Renata Leite Martins de Sousa Sales

Analista Judiciário

De acordo.

Ao Diretor Geral.

ANTONIO CARLOS MUNIZ MORAES

Assessor Jurídico Substituto

[1] JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo: 2016, pág. 1109.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS MUNIZ MORAES, Assessor(a)**, em 20/09/2023, às 13:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RENATA LEITE MARTINS DE SOUSA SALES, Analista Judiciário**, em 20/09/2023, às 13:53, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1944583** e o código CRC **22AFE083**.

0013627-05.2022.6.27.8000 1944583v13

